



121ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 214 DE SETEMBRO DE 2017.

3 Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às oito horas e dez minutos, na sede da Secretaria
4 de Ação Social - SEDAS, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, iniciou-se a vigésima primeira reunião
5 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência da presidente e representante titular da
6 Sociedade Civil, representando as Entidades e Organizações de Assistência Social, Senhora Ernestina Maria de
7 Assunção Cintra. Estiveram presentes na reunião dezesseis (16) conselheiros, sendo sete (07) do poder público e
8 nove (9) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de
9 Assunção Cintra (Tina), José Carlos Gomes, Fernanda Rodrigues Carrijo, Camila Rodrigues Alves Junqueira,
10 Alessandra Aparecida da Silva, Lucineia Silva Sartori Coelho, Iara Flávia Afonso Guimarães, Rejiane Garcia.
11 **Conselheiros na titularidade**: Márcio José da Silva, Sandra Mara Fernandes Carvalho, Jussara Barreto, Luiz
12 Antônio Cintra Filho. **Conselheiros Suplentes**: Geraldine Garcia Fuga Menezes, Óiter Cassiano Marques, Irene
13 da Conceição Silva. Participaram da reunião seis (6) convidados conforme assinaturas na lista de presença. **Com a**
14 **seguinte pauta**: 4.1 – Eleição da mesa Diretora – Gestão 2017/2018; 4.2 – Definição sobre discussão
15 conjunta com COMUPI, referente a adequação da resolução 02/2013 que “Dispõe sobre a regulamentação
16 do artigo 35 da lei nº10.741/2003”, conforme nova resolução do Ministério dos Direitos Humanos Conselho
17 Nacional dos Direitos do Idoso nº 33 de 24 de maio de 2017; 4.3 – Definição sobre providências relativas aos
18 conselheiros com frequência irregular nas reuniões; 4.4 – Proposta de criação de grupo de whatsapp para o
19 CMAS. **Informes**: 5.1 – Devolutiva da Comissão de Orçamento sobre as discussões da proposta
20 Orçamentária de pisos dos serviços – 2018; 5.2 – Devolutiva sobre os trabalhos da comissão de
21 acompanhamento de entidades (Casa de Acolhida e Casinha do Pão); 5.3 – Devolutiva sobre os trabalhos da
22 comissão de legislação e normas (Ofício resposta - Lei de Adiantamentos e Diárias); 5.4 – Comunicado
23 sobre o dia “D” para inclusão produtiva da Pessoa com Deficiência – 29 de setembro; 5.5 – Convite Posse
24 CMPCD – gestão 2017-2019 – dia 19 de setembro às 8h na Secretaria de Ação Social; 5.6 – Convite Semana
25 Municipal de Valorização da Pessoa Idosa – 2017 – de 25 a 29 de setembro de 2017 – Tema: O
26 Protagonismo da Pessoa Idosa; 5.7 – Convite Festa de San Genaro. - A Presidente do Conselho, Tina, iniciou a
27 reunião informando a obtenção do quórum e cumprimentando os presentes. Na sequência a Secretária Executiva
28 Maria Amélia apresentou as justificativas de ausências dos Conselheiros: Daniela Leal Ramos, Rosângela
29 Aparecida de Paula, Silvana Rodrigues Neves, Maria Aparecida Moraes, Valéria da Silva Barbosa Gimenes,
30 Adriana da Silva Bazon, Sônia Regina Barbosa Quirino, Ana Lúcia Melo de Oliveira e Deyvid Alves da Silveira.
31 Tina prosseguiu realizando a leitura da pauta que foi aprovada com a inclusão de um informe solicitado pela
32 mesma. Maria Amélia confirmou o número necessário de confirmações de leitura das atas e portanto foram
33 apresentadas apenas as sugestões de correções. Em seguida foram aprovadas as atas da décima nona (19ª) Reunião

34Ordinária e vigésima (20ª) Reunião Extraordinária. Iniciou-se então com o primeiro assunto da pauta, item **4.1 –**
35**Eleição da mesa Diretora – Gestão 2017/2018.** Maria Amélia, Secretária Executiva do Conselho, explicou sobre
36o processo de eleição da mesa diretora, a composição desta, bem como as atribuições e competências dos
37integrantes da diretoria. Informou que de acordo com a Lei do conselho nº 8.388/2016, a vigência da mesa é de
38um ano, podendo ser reconduzida uma vez. Em seguida exibiu os nomes dos componentes da mesa atual. Alguns
39conselheiros pontuaram sobre a questão da alternância entre a sociedade civil e o poder público, sendo relatado
40que nas outras gestões a alternância ocorria a cada dois anos, nos casos em que a mesa era reconduzida. A vice
41presidente Iara, assim como os conselheiros titulares do poder público foram consultados sobre a candidatura à
42presidência, porém nenhum conselheiro manifestou interesse e disponibilidade para assumir. Lucineia pontuou
43que a questão vai além do interesse, e que não acha a troca ideal para esse momento visto que a dinâmica
44trabalhada pela gestão até o momento denota muitas responsabilidades e comprometimentos que podem ser
45interrompidos nestes processos. Neste momento foi sugerida a recondução da mesa pelo Conselheiro José Carlos
46e com concordância de outros conselheiros. Os integrantes foram consultados sobre essa disponibilidade,
47manifestando-se positivamente. Tina pontuou que os conselheiros e a diretoria executiva tem o mesmo poder de
48deliberação. Maria Amélia destacou que a mesa diretora, especialmente a presidência, assume outras atribuições e
49responsabilidades que são específicas do cargo e portanto precisam ter disponibilidade para tal. Após as
50discussões entre os presentes, o colegiado votou pela recondução da mesa diretora, permanecendo então composta
51da seguinte forma: Presidente – Ernestina Maria de Assunção Cintra, Vice-Presidente – Iara Flávia Afonso Guimarães,
521ª. Secretária – Adriana da Silva Bazon, 2º. Secretário – José Carlos Gomes. Passou-se na sequência ao item **4.2 –**
53**Definição sobre discussão conjunta com COMUPI, referente a adequação da resolução 02/2013 que “dispõe**
54**sobre a regulamentação do artigo 35 da lei nº10.741/2003”, conforme nova resolução do Ministério dos**
55**Direitos Humanos - Conselho Nacional dos Direitos do Idoso nº 33 de 24 de maio de 2017.** Maria Amélia
56explicou sobre essa Resolução que trata da regulamentação do artigo 35 do Estatuto do Idoso que define o valor
57máximo de contribuição do idoso junto a entidade de acolhimento, que não poderá ultrapassar o valor de 70% do
58benefício do mesmo. Disse que a Resolução conjunta CMAS/COMUTI nº 02/2013, que trata dessa
59regulamentação, deve ser adequada conforme a nova resolução do Ministério dos Direitos Humanos. Afirmou que
60o COMUPI, em reunião ordinária, deliberou pela discussão e elaboração de nova resolução conjunta com o
61CMAS, solicitando portanto o seu apoio. Tina disse que o Conselho de Assistência Social deve atuar articulado
62com outros conselhos no município, especialmente aqueles ligados à garantia de direitos, como por exemplo o
63conselho da criança, da pessoa com deficiência e do idoso. Desta forma, como encaminhamento os conselheiros
64optaram por agendar uma reunião conjunta da comissão de legislação e normas do CMAS e o COMUPI para
65realizar esse trabalho. Encerrado este assunto, seguiu-se ao item **4.3 – Definição sobre providências relativas**
66**aos conselheiros com frequência irregular nas reuniões;** Maria Amélia informou que foi feito um levantamento

67das faltas dos conselheiros desde sua nomeação até a presente data, observando que alguns tiveram um número
68expressivo de ausências nas reuniões. No caso do representante da Secretaria de Ação Social, Sr. Ricardo
69Castanheira, será solicitada nova indicação, considerando que o mesmo não está mais lotado na referida
70secretaria. A representante dos trabalhadores, Sra. Erika Cristina de Paula Faria, desligou-se da FEAPAES e não
71está ligada a nenhum serviço da rede socioassistencial, desta forma será solicitada a indicação de um representante
72do Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS de Franca e Região – Forttsuas-RF. Foram apontadas
73algumas questões relacionadas às dificuldades pessoais dos usuários que representam a sociedade civil. Discutiu-
74se também a possibilidade de estabelecer mecanismos para facilitar e aproximar estes do conselho. Segundo
75Maria Amélia, a seção III do regimento interno que dispõe sobre a composição, organização e funcionamento do
76conselho, no artigo quarto (4º) prevê que o conselheiro deverá ser substituído na hipótese de três (3) faltas
77consecutivas ou cinco (5) alternadas sem justificativas dentro de um (1) ano e sendo assim alguns integrantes já
78estariam em situação irregular, inclusive em reincidência. Isto posto, o colegiado deliberou pela emissão de
79ofícios/comunicados sobre as situações irregulares, com a solicitação de substituição dos representantes do poder
80público que manifestarem a não disponibilidade de participação e no caso da sociedade civil, os conselheiros
81suplentes assumirão a titularidade. Passou-se por conseguinte ao item **4.4 – Proposta de criação de grupo de**
82**WhatsApp para o CMAS.** Na reunião anterior o conselheiro José Carlos sugeriu a criação de um grupo no
83aplicativo WhatsApp para comunicação eficiente de informes e comunicados do Conselho de Assistência Social,
84devendo tratar somente de assuntos pontuais. Os conselheiros discutiram acerca desta proposta e chegaram a
85conclusão de que o grupo poderá ser criado para fins de agilidade na questão comunicativa do Conselho porém o
86mesmo não deverá substituir os meios vigentes. Não havendo mais assuntos a tratar passou-se aos informes da
87pauta. Relativo ao item **5.1 – Devolutiva da Comissão de Orçamento sobre as discussões da proposta**
88**Orçamentária de pisos dos serviços – 2018;** Tina informou que a comissão de orçamento se reuniu, a convite
89do secretário Vanderlei, para discutir a proposta de reajuste dos pisos dos serviços socioassistenciais para 2018, e
90assim que finalizarem as discussões a proposta deverá ser deliberada pelo colegiado. **5.2 – Devolutiva sobre os**
91**trabalhos da comissão de acompanhamento de entidades (Casa de Acolhida e Casinha do Pão);** Tina
92repassou aos conselheiros a respeito da última reunião da comissão de acompanhamento a qual discutiu-se as
93demandas da população em situação de rua, atendidas pela Casa de Acolhida e Centro POP. Informou que a
94comissão fez uma visita nessas instituições e a partir de então tem-se grandes desafios. Posto isso, irão se reunir
95novamente para decidir os encaminhamentos em questão. Maria Amélia complementou que nesta reunião da
96comissão, foi feita também a leitura do relatório de monitoramento para melhor entendimento das demandas
97destes lugares. Em relação a Casinha do Pão, Maria Amélia informou que de acordo com o comunicado enviado
98pela mesma e ainda conforme informações da equipe de Monitoramento, a mesma suspendeu as suas atividades
99no final do mês anterior. Maria Amélia destacou que a Resolução CMAS 03.2015, que trata de inscrições de

100entidades, permite a suspensão das atividades por até 6 (seis) meses e nesse período o conselho tem a atribuição
101de acompanhar, apoiar e refletir com a instituição, estratégias e alternativas para continuidade dos serviços. Com a
102palavra, a assistente social Raquel, representante da entidade, informou que a instituição optou por concluir as
103suas atividades no dia trinta e um de Agosto de dois mil e dezessete, uma vez que não havia condições de
104continuar com as atividades nas circunstâncias atuais e que reformular o projeto descaracterizaria todo o trabalho
105feito ao longo de dezenove anos. Portanto, a solução encontrada pela diretoria foi concluir os trabalhos, suspender
106as atividades e reordenar seus serviços de acordo com as normativas, com a proposta de reiniciar as suas ações no
107início do próximo ano. Tina manifestou a intenção do conselho de refletir com a entidade essa continuidade e
108solicitou o contato da profissional para que seja realizada uma reunião com representantes da instituição. Ainda
109com relação aos trabalhos dessa comissão, Maria Amélia noticiou sobre o novo requerimento de inscrição da Casa
110de Apoio Dom Pedro Luís, que já está sob a responsabilidade dos conselheiros Tina e Oiter, para análise, visita e
111parecer técnico para posteriormente retornar ao colegiado para deliberação. **5.3 – Devolutiva sobre os trabalhos**
112**da comissão de legislação e normas (Ofício resposta - Lei de Adiantamentos e Diárias);** A secretária
113executiva, informou que a comissão reuniu para discutir sobre a resposta ao chefe de gabinete, e manifestar no
114processo que trata da proposta de alteração da Lei de adiantamentos e diárias. No que diz respeito aos
115encaminhamentos da comissão, ficou decidido protocolar um ofício reiterando a posição do conselho, e o
116protocolo será realizado pela presidente e representantes do conselho junto ao chefe de gabinete. A comissão
117buscou algumas fundamentações legais e solicitou apoio jurídico junto a presidente da FEAPAES e do sindicato
118dos servidores. **5.4 – Comunicado sobre o dia “D” para inclusão produtiva da Pessoa com Deficiência – 29**
119**de setembro;** Maria Amélia informou que esse evento ocorrerá no próximo dia 29 e tem por objetivo
120disponibilizar um dia para contratação de pessoas com deficiência no PAT. **5.5 – Convite Posse CMPCD – gestão**
121**2017-2019 – dia 19 de setembro às 8h na Secretaria de Ação Social;** Tratou-se do convite da posse de
122nomeação dos integrantes do Conselho da Pessoa com Deficiência e a conselheira Lucinéia irá participar e foi
123indicada para representar o CMAS no evento. **5.6 – Convite Semana Municipal de Valorização da Pessoa**
124**Idosa – 2017 – de 25 a 29 de setembro de 2017 – Tema: O Protagonismo da Pessoa Idosa;** Maria Amélia
125informou que o evento está com uma programação extensa e será realizado na semana toda, com atividades
126diversas. O Folder com a programação será enviado posteriormente.. **5.7 – Convite San Genaro.** Tina convidou
127os participantes para a 32ª festa de San Genaro que iniciará nesta data. José Carlos informou que esteve no
128escritório do Deputado Roberto Engler, para tratar a respeito de emendas parlamentares do Estado. Disse que
129obteve a informação de que estas não podem ser repassadas diretamente para as entidades pois a constituição do
130Estado não permite. Como proposta José Carlos disse que as mesmas poderiam ser repassadas para a Prefeitura e
131esta última, faria uma destinação de recursos próprios às entidades. Os participantes consideram que essa não
132seria a melhor solução, uma vez que é necessário que ocorra um cofinanciado dos serviços de forma continuada e



133 não por meio de emendas. Os participantes iniciaram uma discussão sobre a morosidade das ações da
134 administração que está prejudicando diretamente as entidades, em específico na continuidade da execução dos
135 serviços. Dentre as discussões foi pontuado o desrespeito à deliberação do conselho, no que se refere ao
136 orçamento aprovado para o exercício de 2017, por meio da Resolução CMAS 23/2016, que não está sendo
137 praticado. Tina relatou que um recurso Estadual que foi aprovado pelo CMAS no início do ano e ainda não
138 repassado e corre o risco de ser devolvido aos cofres do Estado. Após todas as discussões e considerações, como
139 definição foi sugerido realizar uma reunião ampliada entre os conselhos com o apoio da OAB e do Núcleo de
140 Cidadania Ativa da UNESP para discutir encaminhamentos perante os desmandos e morosidade da Administração
141 Pública, relatadas pelo colegiado. Finalizados os assuntos e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às
142 dez horas e trinta minutos, e eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária-executiva do CMAS, lavrei a presente
143 ata, que uma vez lida e aprovada, será anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.

144

145